

11º Congresso UFSC de Controladoria e
Finanças

11º Congresso UFSC de Iniciação
Científica em Contabilidade

4º International Accounting Congress

Certificado

Certificamos que **Arthur Fernandes da Silva** participou do **11o. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & 4o. UFSC International Accounting Congress & 11o. Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade**, realizado em modalidade online de 10/11/2021 a 11/11/2021, como **Autor(a) de Trabalho(s)**, com carga horária de 2hs.

Trabalhos submetidos e co-autores:

- Percepções Das Informações Econômico-financeiras De Agricultores Familiares: Um Estudo De Caso Com Produtores De Maracujá Da Região Norte De Santa Catarina (**11o. Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade**)

Autor(a): *Arthur Fernandes da Silva*

Co-autor(es): *Sandra Rolim Ensslin, Daiana Rafaela Pedersini*

Fabírcia S. Rosa

FABRÍCIA SILVA

DA ROSA

Comissão Organizadora

ORGANIZAÇÃO

CCN



APOIO

FEPESE

AICOGestión



Percepções das Informações Econômico-financeiras de Agricultores Familiares: Um estudo de caso com produtores de maracujá da região norte de Santa Catarina

Arthur Fernandes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: arthurfs.contato@gmail.com

Sandra Rolim Ensslin
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: sensslin@gmail.com

Daiana Rafaela Pedersini
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: daianapedersini@hotmail.com

Resumo

A Contabilidade Rural é uma importante aliada do produtor rural, pois ela pode ser utilizada a fim de melhorar a capacidade da propriedade, utilizando as ferramentas de controle de custos, gestão e apuração de resultados. O seu uso pode trazer grandes benefícios para os produtores, visto que gera informações econômico-financeiras que, se analisadas de forma correta, podem proporcionar um panorama completo da situação atual de sua propriedade e, assim, tomar decisões mais assertivas e condizentes com a realidade dessa propriedade. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo consiste em diagnosticar as percepções dos agricultores familiares de Araquari sobre as informações econômico-financeiras na gestão do plantio de maracujá. A amostra escolhida são os produtores familiares cadastrados na Secretaria de Agricultura e Pesca, do município de Araquari, em Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa que coletou dados por meio de entrevista com os agricultores rurais. Os resultados alcançados evidenciam a falta de auxílio de profissionais na gestão das propriedades. Além disso, observou-se que, mesmo todos os entrevistados reconhecendo a importância das informações econômico-financeiras, poucos fazem uso de tais informações para gestão da propriedade. Diante disso, o estudo contribuiu para mais informações referentes à Contabilidade Rural para a área acadêmica e, na prática, propor a utilização de indicadores para auxílio na gestão e controle dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Contabilidade Rural; Informações Econômico-financeiras; Agricultura Familiar.

Linha Temática: Outros temas relevantes em Contabilidade - Contabilidade no agribusiness



1. INTRODUÇÃO

O setor agrícola possui diversas características que o diferenciam dos demais setores econômicos. Dentre eles, destacam-se a influência direta do clima, a impossibilidade de flexibilidade quanto aos prazos de plantio e colheita e a variação de preços de venda, conforme o Sistema de Competição Econômica que dita os preços praticados no mercado, podendo corresponder a valores abaixo do custo de produção (Costa, Libonati, & Rodrigues, 2004). Segundo dados da Embrapa (2011), o Brasil se destaca, no contexto mundial, por ser produtor e exportador de diversos produtos do agronegócio, tanto os relacionados à produção de grãos, quanto a produtos de origem zootécnica (Zanin, 2014). Essa diversidade de atividades do agronegócio brasileiro corresponde a 26,6% do PIB nacional de acordo com os dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2020), e parte dessa receita é oriunda da participação de pequenas propriedades rurais (Mazzioni, 2014).

A demanda por produtos de origem animal e de vegetal recebeu maior espaço no mercado, sobretudo pelo crescimento demográfico e pela abertura da economia (Mazzioni et al., 2007), trazendo mais visibilidade às propriedades rurais, as quais, buscando melhorar a qualidade de seus produtos e conseqüentemente melhores preços de mercado, reduziram o número de atividades desenvolvidas, com dedicação apenas a uma ou duas delas (Hofer, Borilli, & Philippsen, 2006).

Dentre as atividades desenvolvidas no meio rural, há a produção de maracujá, fruta nativa brasileira, que se desenvolve melhor em climas tropicais (EMBRAPA, 2019). Assim, existe uma grande amplitude de distribuição geográfica, e sua produção, em território nacional, está em fase de crescimento, tanto para consumo da fruta “in natura”, como para produção de derivados da fruta.

Segundo o INCRA (2019), são quatro as classificações possíveis para a propriedade rural. Quando a propriedade ocupar uma área inferior a 1 Módulo Fiscal, ela será classificada como Minifúndio; de 1 a 4 Módulos Fiscais, será classificada como Pequena Propriedade; de 4 a 15 módulos fiscais, será classificada como Média Propriedade; e acima de 15 Módulos Fiscais, será classificada como Grande Propriedade. Essa classificação é feita de acordo com a Lei n. 8.629, de fevereiro de 1993, e leva em conta o Módulo Fiscal, e não somente a metragem da propriedade. Os Módulos Fiscais variam entre os municípios, e, na região que este estudo compreende, cada Módulo Fiscal equivale a 12 hectares.

Dados da EMBRAPA (2019) expõem que o Brasil se classifica como o primeiro produtor mundial de maracujá. Em 2019, foram produzidas 593.429 toneladas de maracujá em um total de 41.584 hectares. Desse total, a região Sul é a terceira região que mais produziu, com um total de 67.290 toneladas no mesmo período, perdendo apenas para as regiões Nordeste e Sudeste. Santa Catarina, localizada na região Sul, é o terceiro maior estado produtor da fruta, produzindo 44.934 toneladas no ano de 2019, atrás somente da Bahia e do Ceará. Contudo, em termos de rendimento de produção, o Estado fica com a primeira colocação, chegando a produzir 23,76 toneladas por hectare. Dentre as cidades do Estado, Araquari está entre as dez cidades que mais produziram a fruta em 2019 (EMBRAPA 2019).

Segundo a Secretaria da Agricultura e Pesca da cidade, em 2018, a expectativa de produção foi de 500 toneladas, contudo a produção total do mesmo ano foi de 400 toneladas. Ainda que não tenha atingido a expectativa para 2018, foram produzidas 57 toneladas a mais que a produção comercializada em 2017. Em 2021, a previsão da Prefeitura Municipal de Araquari (2021) é que a produção de maracujá fique em torno de 1.060 toneladas, com um total de 6 mil mudas plantadas, gerando assim um aumento de 69% em relação à produção de 2019/2020, incentivando a





movimentação financeira de aproximadamente 2 milhões de reais.

Diante do exposto, o gestor agrícola necessita de conhecimento sobre as atividades desenvolvidas a fim de ter mais controle e avaliação dos resultados obtidos, facilitando o processo de tomada de decisão (Hofer, Borilli, & Philippsen, 2006). Nesse contexto, a Contabilidade Rural vem como uma forma de apoio para as pequenas propriedades, visando à mensuração, ao controle e ao planejamento das atividades desenvolvidas (Mazzioni, 2006). A utilização de um sistema de Contabilidade Rural auxilia pequenos produtores a fazerem uma gestão melhor de suas atividades, possibilitando o alcance de melhores resultados (Zanin, 2014). Esse ramo da Contabilidade tem, como objetivo, identificar os resultados das atividades desenvolvidas no meio rural, de modo que evidencie a evolução do patrimônio das entidades rurais (Crepaldi, 2011).

Com base nas informações geradas pela Contabilidade Rural, as quais dão conta de identificar o desempenho econômico-financeiro das propriedades, este estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: Como os agricultores familiares da região de Santa Catarina percebem as informações econômico-financeiras na gestão do plantio de maracujá? Em resposta a esse questionamento, objetiva-se diagnosticar as percepções dos agricultores familiares de Araquari sobre as informações econômico-financeiras na gestão do plantio de maracujá.

Este trabalho se justifica quanto à sua importância, originalidade e viabilidade (Castro, 2006). É importante, pois a produção de maracujá, no município de Araquari, vem crescendo no decorrer dos anos. Estudos, como os de Zanin et al. (2014) e de Calgaro e Faccin (2012), buscaram evidenciar as fragilidades na gestão das propriedades rurais e os controles utilizados nas propriedades, no entanto não investigaram sobre as percepções dos gestores sobre informações econômico-financeiras. Além disso, verificar o conhecimento econômico-financeiro dos produtores e suas perspectivas referentes à sua utilização e relevância, a fim de auxiliá-los na tomada de decisão em suas propriedades. Sua originalidade provém da carência de literatura sobre estudos voltados à área da Contabilidade Rural, com enfoque nas informações econômico-financeiras para o gerenciamento das pequenas propriedades rurais. O estudo é viável, pois os produtores são cadastrados na Secretaria de Agricultura e Pesca, facilitando a localização e contato desses produtores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE RURAL

Segundo Marion (2012), a Contabilidade pode ser estudada, de forma geral, para todas as empresas, ou de forma particular, sendo direcionado para um setor de atividade ou financeiro específico. Ainda de acordo com Marion (2012), a Contabilidade é denominada pela área estudada. Assim, a Contabilidade Rural é a Contabilidade geral sendo aplicada ao meio rural. Nesse sentido, Rodrigues et al. (2021) afirmam que se pode considerar uma vertente da Contabilidade que trabalha com os conceitos e a metodologia contábil com o objetivo de mensurar o patrimônio e o resultado rural, podendo aperfeiçoar o agronegócio por meio de itens que geram um aumento no patrimônio da entidade rural, identificando itens específicos em comparação com as características das entidades urbanas.

Para Calgaro e Faccin (2012), a Contabilidade Rural refere-se a um retrato da situação do produtor rural, pois ela demonstra o desempenho da propriedade, gerando informações de quanto





lucro foi gerado com base no que foi produzido, e se esse lucro era o esperado pelos proprietários. Nesse contexto, Crepaldi (2016) afirma que a Contabilidade tem destaque como principal ferramenta para apoiar as tomadas de decisão na execução e no controle das entidades rurais. Tal ferramenta gera relatórios que podem garantir, para os controladores, um fluxo de informações que permitam fazer uma análise da atual situação e planejar ações futuras para a entidade.

As informações obtidas pela Contabilidade Rural são decorrentes das atividades rurais praticadas pelas propriedades. Desse modo, Marion (2012) classifica as atividades rurais em três segmentos: (i) Atividades agrícolas, que são divididas pela cultura hortícola e forrageira, e pela arboricultura; (ii) Atividade zootécnica, que trata da criação de animais; e (iii) Atividades da agroindústria, que correspondem ao beneficiamento e à transformação de produtos agrícolas. De acordo com a EMBRAPA (2018), é importante salientar que existem particularidades nas atividades rurais devido a fatores externos, como clima, tempo de plantio e colheita, além de pragas e doenças que podem afetar o produto e, conseqüentemente, sua rentabilidade.

Outra particularidade da atividade rural, apontada por Costa, Libonati e Rodrigues (2004), é que o exercício social de uma propriedade rural não necessariamente segue o de uma empresa comum, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Uma propriedade rural tem seu exercício social englobando desde o início do cultivo até o momento da colheita para a venda. Isso impacta a rentabilidade das propriedades, visto que a receita da propriedade rural não segue o mesmo padrão constante das empresas de outros segmentos econômicos, exigindo que o controle financeiro das propriedades seja feito com mais precisão no intuito de evitar o endividamento dos produtores.

Segundo Magro et al. (2013), particularidades como essas trazem, como resultado, uma complexidade maior para o produtor rural gerenciar em sua propriedade. No entanto, essas complexidades podem ser minimizadas caso o produtor tenha conhecimento de técnicas gerenciais que possam garantir a rentabilidade e a competitividade da propriedade ao longo prazo.

Salienta-se que a Contabilidade Rural pode ser considerada, conforme o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR, 2015), o principal sistema de informações para controle das propriedades rurais. Os registros feitos pela Contabilidade e as demonstrações que são fornecidas por ela ajudam o produtor rural a fazer as análises econômico-financeiras da sua propriedade. Assim, podem analisar a situação em que sua propriedade se encontra, sua estrutura financeira, a evolução de seu patrimônio no decorrer dos anos, sua capacidade de pagamento de dívidas e a rentabilidade dos investimentos feitos.

Apesar de a Contabilidade ser uma importante área de trabalho nos grandes polos industriais brasileiros, principalmente em termos de custos e gerenciamento, no meio rural ela ainda não se faz presente, principalmente quando se trata de pequenos produtores ou produtores familiares. Em seu estudo, Costa, Libonati e Rodrigues (2004) concluíram, com aplicação de questionários, que a percepção dos contadores sobre a Contabilidade Rural que foi evidenciada não é adequada, podendo se considerar quase nula.

Para Crepaldi (2016), a Contabilidade Rural ainda tem poucos usuários no Brasil, decorrente de gestões conservadoras que permanecem acreditando que somente a experiência adquirida com o tempo é suficiente para gerir um negócio somado à falta de conhecimento por parte dos empresários rurais. Contudo, o autor ressalta que as informações que a Contabilidade pode produzir trazem clareza e segurança para a tomada de decisão.

2.2 INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS NAS PROPRIEDADES RURAIS





As informações econômico-financeiras são de extrema importância, tanto para usuários internos, quanto externos, para avaliar a situação das empresas da melhor forma. Segundo Antunes et al. (2012), as demonstrações contábeis são, em síntese, a principal fonte de informações econômico-financeiras das empresas para os usuários que utilizam essas informações em seus processos decisórios. Tais demonstrações são conceituadas por Silva e Cordeiro Filho (2015) como demonstrações que possibilitam informações a respeito do passado da empresa a fim de ajudar os usuários a fazerem previsões e tomadas de decisões relacionadas à situação econômico-financeira do futuro da empresa.

Silva e Cordeiro Filho (2015) asseveram que, por meio dos indicadores econômico-financeiros, é possível avaliar a situação do equilíbrio da empresa, tal como sua liquidez e rentabilidade. Portanto, o planejamento de uma empresa deve passar pelo processo decisório que deve ser tomado com base na avaliação de indicadores econômico-financeiros. Os autores ainda mencionam que cada indicador financeiro tem sua especificidade e que o seu conjunto faz com que se torne mais útil à medida que proporciona uma visão geral do cenário em que a empresa se encontra.

Borilli et al. (2005) afirmam que, dentro do aspecto econômico, pode-se estudar diversas operações a serem executadas sobre seus custos e seus resultados, podendo assim descobrir o custo de cada produção e sua recuperação por meio do lucro obtido. Os autores ainda afirmam que se considera aspecto financeiro quando o objeto de estudo possibilita a obtenção de recursos monetários necessários e como aplicá-los de modo a manter o equilíbrio financeiro do negócio.

Sobre as informações geradas pela Contabilidade, Crepaldi (2016) discorre que é imprescindível que as informações estejam claras e objetivas, pois, como os demais setores, o objetivo do setor rural é o retorno econômico-financeiro que venha a satisfazer o produtor e seus familiares. Para Gollo, Vian & Diel (2017), as informações geradas pela Contabilidade podem identificar a viabilidade econômica e financeira e verificar se tal atividade irá trazer retorno aos investimentos ocasionando a obtenção de lucros. Complementarmente, caso a execução seja bem-sucedida e planejada, pode garantir a continuidade dos negócios. Kruger et al. (2014) salientam que é fundamental o uso da Contabilidade para avaliar se uma determinada atividade proporcionará um retorno financeiro e se é viável a sua implantação.

Borilli et al. (2005), citando Crepaldi (2005), explica que, para um gestor rural obter tais informações econômico-financeiras, é preciso que o proprietário saiba como sua propriedade está em relação à rentabilidade da sua atividade rural, como foram os resultados, como eles podem ser otimizados com uma avaliação de resultado e saber quais são suas fontes de receita e tipos de despesa para definir a atual situação da propriedade. Os autores ainda ressaltam que o produtor rural deve, ao máximo, se desvincular da pessoa física e que, do ponto de vista organizacional, o produtor deve manter uma postura totalmente autônoma que seja responsável por todas as atividades que possam compor a administração financeira e contábil.

Zanin et al. (2014) apontam a utilidade da Contabilidade para a gestão de propriedades rurais com o intuito de ajudar nas fragilidades da estrutura organizacional e evitar que problemas econômico-financeiros possam comprometer a continuidade dos negócios rurais. Os autores evidenciaram que, nas propriedades rurais do Oeste catarinense, existe uma fragilidade quando se trata do uso da Contabilidade Rural e dos controles gerenciais, pois os produtores não utilizam relatórios de apoio à tomada de decisão. Assim, em acordo com os autores citados, observa-se a importância da utilização de informações econômico-financeiras para melhor gestão das propriedades rurais.



3 METODOLOGIA

A seção metodológica da pesquisa descreve (i) o enquadramento metodológico do trabalho; e (ii) o processo de coleta e a análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é caracterizada, segundo seus objetivos, como descritiva, tendo em vista que se trata de um estudo com produtores rurais que buscou conhecer as percepções econômico-financeiras relacionadas à atividade de plantio de maracujá de produtores de Araquari, região norte de Santa Catarina (Gray, 2012). No que se refere à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois buscou a compreensão do contexto com base na perspectiva dos participantes do estudo no intuito de conhecer suas experiências e opiniões (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013), descrevendo os aspectos relacionados ao comportamento dos produtores.

O estudo utiliza dados primários, coletados com os produtores rurais do município de Araquari, por meio de um questionário, e é um estudo multicaso que permitiu compreender as percepções sobre as informações econômico-financeiras dos produtores de maracujá de Araquari, em Santa Catarina.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A escolha do contexto para investigação foi decorrente do destaque do município de Araquari com a produção de maracujá. Em 2019, existiam, no município, 32 produtores da fruta, cadastrados na Secretaria de Agricultura e Pesca. Para iniciar o processo de coleta de dados, foi feito contato com a Secretaria da Agricultura e Pesca para o levantamento das informações necessárias para contatar os produtores do maracujá. De posse das informações necessárias, um dos autores da pesquisa visitou as propriedades junto com um membro da Secretaria a fim de abranger um maior número de produtores na pesquisa e dispor de grande número de informações.

Durante o processo de coleta de dados, foi percebido que alguns produtores tiveram certa resistência em falar sobre informações econômico-financeiras da propriedade e sua percepção sobre o assunto e não aceitaram participar do estudo. Outros, contudo, foram mais receptivos e abertos em conversar a respeito e contribuir com a investigação. Dos 32 produtores cadastrados, oito aceitaram participar da pesquisa e compuseram a amostra analisada. Para tanto, foi feita uma entrevista com os produtores com base em um questionário estruturado, composto por dois blocos de perguntas. O primeiro bloco de perguntas é disposto para caracterização dos produtores e foi composto por 10 questões, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização da Amostra.

BLOCO I - CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES
1. Há quanto tempo atua na atividade produção de maracujá?
2. Existe funcionário registrado trabalhando na atividade de maracujá? Se sim, quantos?
3. A terra é própria ou arrendada? Se for arrendada, é paga em dinheiro ou em % da produção?
4. Qual é a área total da propriedade em hectares?
5. Qual é a área da propriedade utilizada para o plantio do maracujá?

ORGANIZAÇÃO





6. Além do maracujá, alguma outra atividade é desenvolvida na propriedade?
7. Existe outra fonte de renda da família além da agricultura (aposentadoria, pensão, outro empreendimento)?
8. Onde os produtos são vendidos (feiras, mercados, indústria, etc.)?
9. As decisões da propriedade são tomadas em conjunto ou apenas uma pessoa decide tudo?
10. Alguém auxilia na organização financeira da propriedade (contador, etc.)?

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O segundo bloco de perguntas trata das informações econômico-financeiras no plantio de maracujá. Assim, o bloco em questão buscou verificar as informações econômico-financeiras existentes na atividade do plantio da fruta, também composto por 10 questões, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Informações econômico-financeiras

PERCEPÇÕES DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS NO CULTIVO DO MARACUJÁ
11. Existe algum controle financeiro relacionado à produção de maracujá? Como é realizado o controle desses gastos? Ou por que não existe esse controle?
<u>Se sim:</u>
Como esse registro é feito (papel, planilha eletrônica, etc.)?
Com que frequência é feito o registro (diário, semanal, mensal)?
Por que decidiram realizar o registro das informações?
Depois que começou a utilizar esse controle, percebeu alguma melhoria com relação à gestão da propriedade?
<u>Se não:</u>
Se tivesse alguma orientação sobre como realizar esse controle, gostaria de utilizar uma forma de controle?
Existe alguma informação que você gostaria de ter para fazer o controle da propriedade de uma forma melhor?
Sabe quais são os benefícios que a utilização de informações financeiras pode trazer para a propriedade?
12. Como é feito o planejamento da produção? O valor dos insumos é tirado somente da produção de maracujá ou todo o dinheiro da propriedade é juntado e gasto conforme a necessidade?
13. Quem determina o preço de venda?
14. Você acha que, tendo mais informações sobre os resultados da produção, é possível aumentar lucro?
15. O que você faz com a produção que não é vendida (perdida)?
16. Antes de começar o plantio da produção, você calcula quanto precisa ser produzido para conseguir pagar os custos e quanto lucro espera da produção?
17. Você costuma separar o que é gasto com a produção e os demais gastos da família?
18. Quanto às informações financeiras existentes na produção de maracujá:
a. Os insumos utilizados para a produção são comprados à vista ou a prazo? Como controlam os vencimentos e os pagamentos?
b. As vendas geralmente são à vista ou a prazo? Como controlam o que ainda não foi recebido? Existe um motivo para que sejam feitas dessa forma?
19. Existe a necessidade de empréstimos financeiros no decorrer da safra?
20. Você acha que é importante ter um controle financeiro dos produtos utilizados e das informações de venda dos produtos?

Fonte: Dados da pesquisa (2021).





A análise dos dados se dará por um processo qualitativo (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013). Os dados foram agrupados por contagem de ocorrência e, posteriormente, discutidos com os achados da literatura pregressa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na sessão de análise dos resultados, serão explanadas as informações coletadas nas entrevistas com os produtores de maracujá de Araquari, em Santa Catarina, iniciando com a caracterização dos proprietários e, em seguida, com suas percepções sobre as informações econômico-financeiras.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Com base nas entrevistas com a amostra de produtores de maracujá de Araquari, identificou-se que apenas 25% dos entrevistados estão na atividade há mais de 10 anos; os demais iniciaram a produção do maracujá há menos de cinco anos. Em relação à posse da propriedade, observou-se que 50% das terras são de propriedade do produtor, e 50% são terras arrendadas. No caso das terras arrendadas, o pagamento ocorre de três formas entre os produtores: dois pagam em dinheiro; um com parte da produção; e outro, em formato de parcerias.

Todos os produtores trabalham apenas com familiares, sem a necessidade da contratação de funcionários. Em termos de tomada de decisão, cinco produtores entrevistados tomam as decisões em conjunto com sua família; e com três produtores entrevistados, as decisões são concentradas em apenas uma pessoa.

Em relação ao tamanho das propriedades, levando em consideração a classificação do INCRA (2019), apenas um dos produtores entrevistados tem sua propriedade classificada como pequena propriedade, pois compreende uma área maior do que um Módulo Fiscal. As demais são classificadas como minifúndio, por terem menos que um Módulo Fiscal. Ressalta-se que, na região de Araquari, cada Módulo Fiscal tem 12 hectares. Direcionando a discussão para a plantação do maracujá, a área total destinada para produção é de 14,9 hectares, sendo um único produtor com 8 hectares; um segundo produtor com 3 hectares; e os demais com menos de 1 hectare.

Buscou-se verificar também se, além do maracujá, alguma outra atividade era desenvolvida na propriedade, constatando-se que, em cinco propriedades, o cultivo de maracujá não era exclusivo, pois, além dessa fruta, são cultivados aipim, melancia, milho e hortaliças. Em contraste com a classificação de Marion (2012) sobre atividades agrícolas, os produtores se enquadram na cultura hortícola, forrageira e arboricultura. Entretanto, para um desses produtores, a classificação se expande para a atividade de zootécnica, já que ele também pratica a atividade de criação de aves.

Sobre a forma de recebimento das receitas, 50% das vendas da produção de maracujá dos produtores são feitas para mercados e verdureiros; 25% das vendas são feitas em domicílio; 12,5% para indústria; e 12,5% para o Ceasa. Os produtores também foram questionados se tinham outras fontes de rendas além da atividade agrícola: 62,5% dos produtores não têm nenhuma outra fonte de remuneração além da atividade agrícola; 25% são remunerados por aluguéis; e 12,5% contam com remuneração proveniente de trabalho assalariado. Tais constatações evidenciam que, embora a produção do maracujá seja uma atividade rentável, os produtores têm buscado outras fontes de renda.



Por fim, os produtores foram questionados se, em algum momento, já receberam o auxílio de algum profissional para a organização financeira da propriedade, como contadores que poderiam fornecer conhecimento técnico para esse auxílio. Tal questionamento evidenciou que nenhum dos produtores teve esse auxílio profissional, dificultando o processo de gestão da propriedade, tampouco participaram de algum curso que lhes proporcionasse tal conhecimento. Esses achados condizem com os apontamentos de Crepaldi (2016), pois, em diversas situações, os produtores contam apenas com suas experiências cotidianas para gerenciar sua propriedade, o que, muitas vezes, não é suficiente para garantir o uso adequado dos recursos disponíveis e a maximização das potencialidades dos rendimentos anuais.

4.2 PERCEPÇÕES DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS NO CULTIVO DO MARACUJÁ

Iniciando o bloco de perguntas sobre as informações econômico-financeiras, os produtores foram questionados sobre como era feito o registro e controle dessas informações. Dentre a amostra estudada, 50% dos produtores têm algum tipo de registro das informações econômico-financeiras, seja fazendo o registro por meio de planilhas eletrônicas, seja fazendo esse controle ainda em caderno. Os demais produtores não têm nenhum tipo de registro e controle das informações econômico-financeiras da propriedade.

Ao serem questionados sobre a frequência desses registros, quatro produtores fazem o registro das informações frequentemente, sendo dois por meio de registro diários; um semanalmente; e um mensal. O intuito desse registro é apenas para ter um certo controle da propriedade, sem almejar a otimização dos recursos. Três dos quatro produtores fazem o registro desde o início da produção e não souberam responder se observaram melhorias. O produtor que iniciou os registros depois do início de sua produção diz que existe melhoria, mas não soube responder quais melhorias seriam estas. Percebe-se que, embora exista certo controle econômico-financeiro em algumas das propriedades analisadas, os produtores não as utilizam para fins de melhoria, apenas para identificar como estão sendo utilizados os recursos existentes. Desse modo, percebe-se que, conforme apontando por Zanin et al. (2014), os produtores não estão visualizando as fragilidades de suas estruturas, dando brecha para o surgimento de problemas econômico-financeiros que podem comprometer a lucratividade do negócio.

Para os produtores que não realizam registros das informações econômico-financeiras, foi questionado se existia alguma informação que eles achavam necessária para fazer o controle da propriedade. Dos quatro produtores, três responderam que acham necessário ter um registro que permita identificar o custo real da produção; e um produtor respondeu que gostaria de ter informações sobre os lucros e despesas da propriedade. Esses resultados corroboram o trabalho de Kruger et al. (2014) ao destacarem a importância da Contabilidade Rural para avaliar se a atividade proporcionará um retorno financeiro e se é viável sua continuidade.

Ao serem questionados sobre conhecer os benefícios de utilizar informações econômico-financeiras, verificou-se que, apesar de todas as respostas serem vagas, demonstrando falta de conhecimento por parte dos produtores, obtiveram-se respostas como ter controle sobre a produção, definir melhor os custos e ter informações para reinvestir na propriedade. Isso ressalta que, embora os produtores saibam a importância de tais informações, ainda deixam de utilizá-las diversas vezes por falta de conhecimento.

Em seguida, os produtores foram questionados sobre como era feito o planejamento de gastos para o plantio de maracujá. Somente três dos oito produtores alegaram ter um planejamento



para usar apenas os recursos provenientes do plantio do maracujá; os demais não têm um planejamento que segregue os valores a serem gastos. Além disso, apenas 50% dos produtores atestaram que separam os custos de produção dos demais custos familiares, demonstrando que, no meio rural, nem sempre o 'Princípio da Entidade' é respeitado.

O cálculo de produção mínima para saber quanto deve ser produzido, para que a safra não gere um prejuízo para o produtor é feito por 75% dos produtores entrevistados, o restante dos não realiza tal cálculo, apenas utilizam toda a área destinada para o plantio do maracujá. O pagamento dos insumos necessários para o cultivo do maracujá para 62,5% é feito de forma à vista, 25% dos produtores efetuam o pagamento ou à vista ou a prazo, variando conforme a necessidade do produtor e por fim, 12,5% efetuam pagamentos somente a prazo. Ainda em relação a compra de insumos, apenas um dos produtores tem a necessidade de realizar empréstimos para pagar os custos de sua produção. O controle dos pagamentos referente ao cultivo de maracujá é feito por dois produtores por meio de planilha, por outros dois pelo do acompanhamento de boletos e notas fiscais e um dos produtores faz anotações em cadernos de controle.

Em relação as vendas, questionou-se sobre como é feita a definição dos preços para venda da produção. Para 62,5% dos produtores quem define os preços de venda é o mercado, o restante dos produtores define seu próprio preço de venda. Em relação a forma de recebimento dessas vendas, 37,5% dos produtores vendem seus produtos apenas a vista, 25% vendem a prazo e 37,5% dos produtores negociam com o cliente a melhor forma de pagamento. O controle dos pagamentos a receber é quase unanimidade entre os produtores, apenas um dos produtores entrevistados que dão algum tipo de prazo para o cliente efetuar o pagamento não tem nenhum tipo de controle do suas contas a receber. Entre os produtores que realizam o controle do contas a receber, três fazem por meio de caderno e dois apenas acompanham por meio de emissão de boletos e notas fiscais.

Questionados sobre qual era a destinação da produção não vendida, três produtores informaram que não tem perda na produção, dois transformam o fruto do maracujá em polpa para tentar vender dessa forma, e assim aumentar o aproveitamento da produção. Os demais ou usam para consumo próprio ou para o trato de animais.

Após uma sequência de conversa sobre informações econômico-financeiras, os produtores responderam se caso tivessem maiores informações econômico-financeiras das suas propriedades, poderiam aumentar a produção e consecutivamente seus lucros. Todos os produtores responderam que acreditavam sim que informações mais relevantes que facilitassem a tomada de decisão são importantes, e, também veem a necessidade de informações sobre o controle de custos e receitas com as vendas de sua propriedade para ter um melhor controle financeiro de suas produções.

4.3 ITENS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Após as entrevistas com os produtores, ficou claro o despreparo deles na parte da gestão das propriedades. Como Crepaldi (2016) descreve, existe uma relutância de certos produtores na utilização da Contabilidade Rural para melhorar o controle de suas propriedades, seja por não acreditar que o custo do investimento não trará retorno suficiente para um bom custo-benefício, seja por acharem que a experiência na produção é suficiente para a gestão da propriedade.

Desse modo, foram propostos alguns itens econômico-financeiros para auxiliar os agricultores familiares, sem a necessidade de muito conhecimento técnico, porém intuitivo para que, se aplicado com afinco, possa proporcionar ao produtor uma visão mais clara da sua real situação financeira.



Tabela 3. Itens (indicadores) de Controle

Controle	Descrição
Caixa	Dinheiro disponível para uso e/ou para reinvestir
Clientes a Receber	Valores a receber de vendas já efetuadas
Contas a Pagar	Valores a pagar por compras já realizadas
Mudas	Recebido da prefeitura
Insumos disponíveis para a produção	Adubo, fertilizantes e defensivos
Estoque (insumos)	Mudas já em posse do proprietário

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Com essas simples informações, de forma objetiva e clara como descreve Crepaldi (2016), o produtor tem uma visão dos recursos disponíveis, dos valores que tem para receber futuramente, o que pode prevenir um empréstimo fora de hora. Além disso, tem uma visão de seus deveres com fornecedores e de seu estoque de insumos. Essas informações conseguem ajudar o produtor no decorrer de suas atividades.

Pensando em auxiliar os agricultores familiares a terem um entendimento do resultado de sua produção, indicou-se também uma sequência simples e intuitiva de itens que têm como objetivo informar ao produtor de forma clara e objetiva o resultado de sua produção.

Tabela 4. Itens de Resultados

Resultado	
Receita com Vendas (+)	Valores provenientes das vendas
Custo de Produção (-)	Custo de todas as despesas que ocorreram para a comercialização
Lucro/Prejuízo (=)	Diferença das vendas e dos custos

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Esse controle é direcionado para agricultores familiares no intuito de propor um controle simples, porém eficaz. Por meio dos itens propostos, o produtor terá como calcular a rentabilidade, pois pode verificar o valor que utilizou para sua produção e confrontar com o seu resultado, tendo assim a rentabilidade de sua propriedade. Também com o auxílio dos indicadores (itens), é possível checar a liquidez da propriedade, dividindo os valores a receber dos indicadores de controle pelos itens a pagar também dos indicadores de controle. Mesmo que tais registros já possam ser efetuados por alguns produtores, pode ser que seja feito forma desordenada ou sem ligações entre si. Logo, a proposta é que sejam feitos os registros de forma simplificada, mas compreensível.

5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar como agricultores familiares de Araquari, em Santa Catarina, percebem as informações econômico-financeiras na gestão do plantio de maracujá. A pesquisa foi feita por meio de entrevistas com oito agricultores familiares. Os resultados mostraram que os produtores veem a importância de ter informações econômico-financeiras para melhor controle de seus custos e receitas. Além disso, quando questionados sobre a utilidade de



tais informações em sua propriedade, os produtores confirmaram que as informações econômico-financeira ajudariam no processo de tomada de decisão. Mesmo que saibam que benefícios as informações econômico-financeiras trazem para a gestão da propriedade, nenhum dos produtores entrevistados conta com o auxílio de profissionais da área, o que pode ser decorrente da falta de informação, dificuldade de acesso a esses profissionais ou, ainda, o custo para a contratação.

Nesse sentido, a pesquisa traz contribuições ao constatar o despreparo dos agricultores familiares em relação à gestão financeira de sua propriedade e ao propor um controle na tentativa de minimizar os possíveis equívocos econômico-financeiros que podem prejudicar a gestão e a continuidade das operações nas propriedades. Em termos de literatura, houve avanços nos resultados até então evidenciados, pois não havia relatos sobre a Contabilidade Rural e percepções econômico-financeiras no município de Araquari. O estudo ainda verificou fragilidades na gestão financeira das propriedades, pois não se faz uso de informações econômico-financeiras, muitas vezes, por receio de alguns agricultores familiares com novas formas de gestão ou pela falta de visualizar um custo-benefício que justifique a contratação de um profissional da área. O não uso das referidas informações econômico-financeiras pode acarretar a não continuidade das atividades de plantio de maracujá dos agricultores familiares de Araquari.

Apesar das contribuições apresentadas, a pesquisa foi limitada aos agricultores familiares de Araquari que se dispuseram a participar das entrevistas e às suas percepções em relação às informações econômico-financeiras no cultivo do maracujá. Para estudos futuros, sugere-se o acompanhamento da rotina dos agricultores familiares, além da aplicação do controle sugerido a fim de verificar sua utilidade e, em caso positivo, o processo de melhoria na qualidade das informações das propriedades.

REFERÊNCIAS

- Borilli, S. P., Philippsen, R. B., Ribeiro, R. G., & Hofer, E. (2005). O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo/PR. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, 6(1).
- Calgaro, N. C., & Faccin, K. (2012). Controle financeiro em propriedades rurais: estudos de caso do 3º Distrito de Flores da Cunha. *Global Manager Acadêmica*, 1(1), 1-20.
- Castro, C. M. (2006). *A prática da pesquisa*. 2. ed. São Paulo, Pearson Universidades.
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020>. Acesso em: 5 set. 2021.
- Costa, M. S., Libonati, J. J., & Rodrigues, R. N. (2004). Conhecimentos sobre particularidades da contabilidade rural: um estudo exploratório com contadores da região metropolitana de Recife. *ConTexto*, 4(7).
- Crepaldi, S. A. *Contabilidade Rural: uma abordagem decisoria*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011
- Crepaldi, S. A. *Contabilidade Rural: uma abordagem decisoria*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.



Dal Magro, C. B., Di Domenico, D., Klann, R. C., & Zanin, A. (2013) Contabilidade rural: comparativo na rentabilidade das atividades leiteira e avícola. *Custos e Agronegócio*, Pernambuco, v. 9 (1).

Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Maracujá. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/maracuja>>. Acesso em: 14 out. 2019.

Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Produção Brasileira de Maracujá. 2017. Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/Base_de_Dados/index_pdf/dados/brasil/maracuja/b1_maracuja.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sistema de alimentação. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/Fontes_HTML/Leite/LeiteCerrado/alimentacao.html#topo>.

Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Tabela - Produção brasileira de maracujá em 2019. Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/Base_de_Dados/index_pdf/dados/brasil/maracuja/b31_maracuja.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira. Brasília: Embrapa, 2018.

Gollo, V.; Vian, M.; Diel, F. J. Análise da viabilidade econômica-financeira das atividades leiteira e suinícola em uma propriedade rural. In: Congresso Brasileiro De Custos, 24, 2017, Florianópolis. Florianópolis: 2017.

Gray, D. E. Métodos de Pesquisa. Pesquisa no mundo real. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

Hofer, E., Borilli, S. P., & Philippsen, R. B. (2006). Contabilidade como ferramenta gerencial para a atividade rural: um estudo de caso. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 25(3), 5-16. INCRA. Classificação dos Imóveis Rurais. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 6 out. 2019.

Kruger, S. D.; Glustak, E.; Mazzioni, S. (2014) A Contabilidade como Instrumento de Gestão dos Estabelecimentos Rurais. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 4(2), p.134-153.

Machado, C. P., Caleman, S. M. D. Q., & Cunha, C. F. D. (2017). Governance in agribusiness organizations: challenges in the management of rural family firms. *Revista de Administração* (São Paulo), 52, 81-92.

Marion, J. C. (2012). *Contabilidade rural: Contabilidade agrícola, Contabilidade da pecuária e imposto de renda – Pessoa Jurídica*. 13. São Paulo: Atlas, 296 p.

Mazzioni, S., Glustak, E., & Zanin, A. (2014). Contabilidade como Instrumento de Gestão dos Estabelecimentos Rurais. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 4(2).

Mazzioni, S., Zanin, A., Kruger, S. D., & da Rocha, J. L. K. (2006). A importância dos controles gerenciais para o agribusiness. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 6(16), 9-26.





Prefeitura Municipal de Araquari. Agricultores de Araquari vão produzir cerca de 800 toneladas de maracujá em 2019. Disponível em: <<https://araquari.sc.gov.br/noticia/2943/agricultores-de-araquari-vaio-produzir-cerca-de-800-toneladas-de-maracuja-em-2019>>. Acesso em: 21 out. 2019.

Prefeitura Municipal de Araquari. Produção de maracujá aumenta em Araquari; expectativa da próxima safra é de 1.060 toneladas. Disponível em: <https://www.araquari.sc.gov.br/noticia/4093/producao-de-maracuja-aumenta-em-araquari-expectativa-da-proxima-safra-e-de-1-060-toneladas>. Acesso em: 17 ago. 2021.

Rodrigues, T. S., de Lima Oliveira, D., de Souza, J. A., & Ramos, E. G. O Perfil da Disciplina Contabilidade Rural nas Universidades Federais Brasileiras: Uma Análise Após Adoção do CPC 29/IAS 41. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(1), 128-146.

Ronsani, J. Agricultura realiza reunião com produtores de maracujá para falar sobre os desafios do cultivo da fruta. 2018. Disponível em: <<https://araquari.sc.gov.br/noticia/2348/agricultura-realiza-reuniao-com-produtores-de-maracuja-para-falar-sobre-os-desafios-do-cultivo-da-fruta>>. Acesso em: 14 out. 2019.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. (8). del PB (2013) *Metodologia de Pesquisa*.

Serviço Nacional De Aprendizagem Rural. *Contabilidade Rural*. Brasília: Rede E-Tec Brasil, 2015.

Silva, A. S.; Cordeiro Filho, A. (2015) Contabilidade. *Revista Brasileira de Previdência*, v. 4.

Zanin, A., Oenning, V., Tres, N., Kruger, S. D., & Gubiani, C. A. (2014). Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 13(40), 9-19.